

BALANÇO

Companhia Nacional de Abastecimento - Conab

CNPJ no 26.461.699/0001-80

BALANÇO PATRIMONIAL

1º Trimestre de 2021

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		2.200.693	2.167.679
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		297.480	238.996
Aplicações Financeiras		1.014	1.014
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento		263.516	204.466
Lim. de Saque c/Vinc. Pagto. Ordem Pagto - OFSS		32.950	33.516
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	5	5.895	4.149
Clientes	5.1	5.895	4.149
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		5.835	4.089
Fat. Dupl. a Rec. - Prestação de Serviços		13.017	11.271
(-)Ajuste Perdas Demais Créditos e Valores		(7.182)	(7.182)
Fat. Dupl. a Rec. - Estoques em Consignação		60	60
DEMAIS CRÉD. E VAL. A CURTO PRAZO	6	1.308.967	1.268.247
Adiantamentos Concedidos	6.1	9.190	4.159
Adiantamentos a Pessoal		9.190	4.159
Tributos a Recuperar/Compensar	6.2	162.082	157.475
Créditos Tributários		162.082	157.475
Outros Créd. a Rec. e Valores a Curto Prazo	6.3	1.137.695	1.106.613
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo		2	1
Créditos a Rec. Decor.de Infrações Leg. e Contratuais		1.355	1.427
Créditos a Receber por Reemb. Salário Maternidade		0	38
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal		199	181
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv/Imóveis		2.097	2.718
Créditos a Rec. de Ac. Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		34.708	33.680
Recursos da União		441.297	450.947
Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União		656.045	615.150
Créditos Parcelados		1.992	2.471
ESTOQUES	7	588.336	656.285
Mercadorias para Revenda		279.788	200.801
Materiais em Trânsito		594	591
Almoxarifado e Estoques para Distribuição		3.451	3.319
Estoques para Doação e/ou Permuta		26	26
Compra Antecipada - Entrega Futura		304.477	451.548
VPDS PAGAS ANTECIPADAMENTE		15	2
Despesas Antecipadas		15	2
NÃO CIRCULANTE		1.456.936	1.410.596
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.319.100	1.269.748
Créditos a Longo Prazo	8	17	35
Clientes	8.1	17	35
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		17	35
Faturas/Duplic. a Receber - Prestação de Serviços		4.327	4.345
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(4.310)	(4.310)
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	8.2	1.319.083	1.269.713
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros		10	9
Tributos a Recuperar/Compensar		21	21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		50.292	56.856
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo		1.268.760	1.212.827
Créditos a Receber por Cessão de Créditos p/União		1.191.106	1.135.187
Créditos a Receber por Alienação de Bens Móv./Imóveis		63.549	63.549
Créd. a Rec. p/Acerto Financ. c/Serv. e Ex-Servidores		2.698	2.893
Créditos a Recuperar		62	62

Continua

ATIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/12/2020
Duplicatas e Títulos em Contencioso		26	26
Créditos Parcelados		11.293	10.917
Títulos a Receber		120	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações		553	720
(-)Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores		(647)	(647)
INVESTIMENTOS	4.5	5.253	6.532
Participações Permanentes		5.073	5.135
Participações Avaliadas pelo Método de Custo		14.844	14.844
(-)Redução ao Valor Recuperável de Investimentos		(9.771)	(9.709)
Propiedades para Investimento		178	285
Bens Imóveis não Destinados a Uso		285	285
(-)Depreciação Acumul. Invest. - Cons. Propriedades		(107)	0
Demais Investimentos Permanentes		2	1.112
Demais Investimentos Permanentes		2	1.112
IMOBILIZADO	4.7	132.012	133.587
Bens Móveis		8.885	9.462
Bens Móveis		109.680	109.428
(-)Depreciações		(100.373)	(99.628)
(-)Redução ao Vr Rec. de Imobilizado - Móveis	4.8	(422)	(338)
Bens Imóveis		123.127	124.125
Bens Imóveis		341.076	340.828
(-)Depreciações		(217.642)	(216.467)
(-)Amortizações		(307)	(236)
INTANGÍVEL	4.7.1	571	729
TOTAL		3.657.629	3.578.275

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/12/2020
CIRCULANTE	9	2.129.951	2.041.753
OBRIGAÇÕES TRAB. PREV. E ASSIT. A PAGAR	9.1	120.881	110.409
Pessoal a Pagar		80.226	71.961
Benefícios Previdenciários a Pagar		411	517
Encargos Sociais a Pagar		40.244	37.931
OPERAÇÕES ESPECIAIS	9.2	729.976	726.760
Operações Especiais		729.976	726.760
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO		1.279.094	1.204.584
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.3	67.280	253.315
Fornecedores Nacionais		3.192	4.023
Contas a Pagar Credores Nacionais		64.088	249.292
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	9.4	1.370	1.352
Obrig. Fiscais com a União, Est. e Municípios		1.370	1.352
Demais Obrigações a Curto Prazo		1.210.444	949.917
Adiantamentos de Clientes	9.5	592	593
Consignações	9.7	14.165	17.290
Depósitos Judiciais	9.7	327	324
Depósitos e Cauções Recebidos	9.7	12.333	14.479
Indenizações, Restituições e Compensações	9.7	9.413	9.714

Continua

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/12/2020
Diárias a Pagar	9.7	40	1
Entidades Credoras	9.6	125.928	125.928
Entidades Credoras - Est., DF e Municípios	9.7	2.237	2.237
Valores em Trânsito Exigíveis	9.7	3	756
Subvenções a Pagar	9.7	2	0
Entidades Privadas	9.8	59.036	0
Transferências Financeiras a Comprovar -TED	9.9	986.368	778.595
NÃO - CIRCULANTE		1.193.482	1.214.758
FORNECEDORES A LONGO PRAZO		132	132
Contas a Pagar Credores Nacionais		132	132
PROVISÕES A LONGO PRAZO	10	312.506	291.392
Provisão para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo		253.507	250.432
Provisão para Riscos Fiscais a Longo Prazo		5.530	5.499

Continua

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

1º Trimestre de 2021 e 2020

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/03/2020
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	14.1	49.396	90.226
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS		42.608	83.937
Vendas Estoques Estratégicos		42.567	82.421
Vendas Estoques Reguladores-PGPM		41	1.516
RECEITA DE SERVIÇOS		6.788	6.289
Serviços de Armazenagem/Aluguéis		6.788	6.289
(-)DEDUÇÕES DAS REC. DE VENDAS E SERVIÇOS	14.2	540	1.827
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS		48.856	88.399
(-)CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		42.571	83.005
CMV - Estoques Reguladores - PGPM/MO	14.3	56.019	118.706
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	14.4	13.448	35.701
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	14.5	6.285	5.394
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	14.6	286.221	271.170
(-)DESPESAS DE PESSOAL		238.192	213.846
Remuneração a Pessoal		123.156	116.043
Sentenças Judiciais		6.391	0
Obrigações Patronais		43.408	40.950
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência		24.882	23.978
Benefícios a Pessoal		11.673	3.879
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil		28.682	28.996
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS		48.029	57.324
Despesas/Receitas Financeiras		(1)	(15)
Consumo de Materiais		752	939
Diárias		413	457

Continua

PASSIVO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/12/2020
Provisão para Riscos Cíveis a Longo Prazo		53.469	35.461
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	11	880.844	923.234
Depósitos e Cauções Recebidos		722	722
Entidades Privadas de Previdência		880.122	922.512
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	334.196	321.764
Capital	12.1	302.801	302.801
RESERVAS		18.963	18.963
Reservas de Lucros	12.2	18.963	18.963
Reserva Legal		18.963	18.963
Resultado do Período	12.3	12.432	0,00
TOTAL		3.657.629	3.578.275

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/03/2020
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Física		337	379
Serviços Técnicos Profissionais - Pessoa Jurídica		24.986	41.620
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		5.175	4.452
Outras Despesas Operacionais		16.367	9.492
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	14.7	28.928	16.311
Multas e Juros de Mora		643	1.605
Indenizações e Restituições		1.136	3.309
Receitas de Valores Mobiliários		63	10
Receitas Diversas		27.086	11.387
(+)OUTROS RESULTADOS	14.8	1.118	29
Alienação de Bens Móveis		0	29
Desincorporação de Ativos		1.118	0
(-)MOVIMENTAÇÃO INTERNA		0	0
RESULTADO ANTES DAS SUBVENÇÕES DO TES. NACIONAL		(249.890)	(249.436)
(+)SUBVENÇÕES DO TESOURO NACIONAL	14.9	262.322	244.265
Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal		262.322	244.265
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		12.432	(5.171)
Imposto de Renda a Recolher		0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro a Recolher		0	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	12.3	12.432	(5.171)
LUCRO POR AÇÃO		6,68	(2,78)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

1º Trimestre de 2021 e 2020

DESCRIÇÃO	VALORES EM R\$ MIL			
	31/03/2021	%	31/03/2020	%
1.RECEITAS	50.341	19,63	90.125	41,88
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	49.223	19,20	90.096	41,87
1.2 - Outras Receitas	1.118	0,44	29	0,01
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	82.928	32,34	132.393	61,53
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	42.571	16,60	83.005	38,58
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	40.357	15,74	49.388	22,95
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(32.587)	(12,71)	(42.268)	(19,64)
4.RETENÇÕES	2.256	0,88	3.148	1,46
4.1 - Depreciação e Amortização	2.256	0,88	3.148	1,46
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(34.843)	(13,59)	(45.416)	(21,11)
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	291.251	113,59	260.591	121,11
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	28.929	11,28	16.326	7,59
6.2 - Repasses Recebidos para Custeio/Pessoal	262.322	102,31	244.265	113,52
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	256.408	100,00	215.175	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	256.408	100,00	215.175	100,00
8.1 - Pessoal				
8.1.1 - Pessoal e Encargos	238.192	92,90	213.845	99,38
Total	238.192	92,90	213.845	99,38
8.2 - Tributos				
8.2.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	5.542	2,16	6.149	2,86
Total	5.542	2,16	6.149	2,86
8.3 - Terceiros				
8.3.3 - Juros e Aluguéis	242	0,09	352	0,16
Total	242	0,09	352	0,16
8.4 - Próprios				
8.4.5 - Lucros Retidos/Prejuízo do Período	12.432	4,85	(5.171)	(2,40)
Total	12.432	4,85	(5.171)	(2,40)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Até o 1º trimestre de 2021 e 2020

DETALHAMENTO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/03/2020
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		12.432	(5.171)
(+/-)Outros Componentes do Resultado Abrangente		0,00	(14.547)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0,00	(14.547)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		12.432	(19.718)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Até o 1º Trimestre de 2021 – 2020

Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	302.801	19.196	30.897	0,00	352.894
(-)AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				(14.547)	(14.547)
RESULTADO DO PERÍODO				(5.171)	(5.171)
Saldo em 31 de março de 2020	302.801	19.196	30.897	(19.718)	333.176
Discriminação	Reserva de lucros (em R\$ mil)				
	Capital social realizado	Reserva legal	Reservas de retenção do lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2021	302.801	18.963	0,00	0,00	321.764
RESULTADO DO PERÍODO				12.432	12.432
Saldo em 31 de março de 2021	302.801	18.963	0,00	12.432	334.196

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Presidente Substituto
Resolução 2/2020

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

SERGIO DE ZEN
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

1º Trimestre 2021 e 2020

DESCRIÇÃO	NOTA	VALORES EM R\$ MIL	
		31/03/2021	31/03/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Antes do Imposto de Renda e da CSLL		12.432	(5.171)
Ajustes de Exercícios Anteriores		0	(14.547)
Ajustes por:			
Depreciações e Amortizações		2.256	3.148
Baixa de Depreciação de Bens Móveis e Imóveis		0	(2.884)
Outras Baixas de Bens		0	17.431
Redução a Valor Recuperável de Investimentos		62	0
Lucro em Investimentos		(1.118)	0
Redução a Valor Recuperável de Imobilizado – Móveis		84	85
		1.284	17.780
Disponibilidades das Atividades Operacionais		43.040	(20.596)
Redução (Aumento) em Clientes e Créd. Diversos a Receber		(72.097)	33.319
Redução nos Créditos Tributários		(4.589)	6.743
Aumento (Redução) nos Encargos Sociais a Pagar		2.313	(493)
Aumento (Redução) em Adiantamentos e Pessoal a Pagar		2.112	(9.800)
Aumento nas Despesas Antecipadas		(13)	(1)
Redução nas Operações Especiais e Estoques		71.164	(32.571)
Redução (Aumento) nas Consignações e Fornecedores		(189.159)	9.041
Redução (Aumento) nos Depósitos e Cauções		(2.146)	1.683
Aumento (Redução) nas Provisões		21.114	(16.640)
Redução nos Adiantamentos de Clientes		(1)	(8.454)
Redução nos Recursos Vinculados		6.567	1.033
Aumento nas Subvenções a Pagar		2	1.825
Transferências Financeiras a Comptovar - TED		207.773	(6.281)
Transferências Financeiras a Comptovar - TED		207.773	(6.281)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	13.1	56.756	(22.534)
Aplicações no Imobilizado e Intangível		(500)	(496)
Recebimentos por Resgate de Títulos		2.228	0
FLUXO DE CAIXA ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	13.2	1.728	(496)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO		58.484	(23.030)
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	13.3	58.484	(23.030)
No Início do Exercício		238.996	269.475
No Final do Exercício		297.480	246.445

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Até o 1º Trimestre/2021

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Demonstração do Resultado do Exercício – DRE
03	Alterações na Legislação Societária	15	Demonstração do Valor Adicionado – DVA
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL
05	Créditos a Curto Prazo	17	Demonstração do Resultado Abrangente - DRA
06	Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	18	Diversos Responsáveis em Apuração
07	Estoques	19	Ativos Contingentes
08	Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo	20	Contingências Passivas
09	Endividamento	21	Benefícios Concedidos aos Empregados
10	Provisões a Longo Prazo	22	Remuneração dos Dirigentes e Empregados
11	Demais Obrigações a Longo Prazo	23	Repasses e Termos de Execução Descentralizada TED
12	Patrimônio Líquido	24	Outros Assuntos

Nota 1. Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dependente, dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “Prover Inteligência agropecuária e participar da formulação e execução de políticas públicas, contribuindo para a regularidade do abastecimento e formação de renda do produtor rural”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 27 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 64 Unidades Armazenadoras e com 126 armazéns, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

Nota 2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, Lei nº 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Lei 13.303, de 30/06/2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27/12/2016.

A Conab, como entidade da Administração Pública Federal, integrante do Balanço Geral da União utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, na modalidade total.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas

a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações nos valores reais.

Nota 3. Alterações na Legislação Societária

As Leis n.º 11.638/07, 11.941/09 e 13.303/16, regulamentada pelo Decreto nº 8.945/16, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “Internacional Accounting Standards Board (IASB)”.

Nota 4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

4.1 Caixa e Equivalente de Caixa: Refere-se ao limite de saque da Conta Única, estabelecido pelo Órgão Central de Programação Financeira, para pagamentos a partir do mês de abril/2021, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio, aquisições, manutenção dos estoques, subvenção, Termos de Execução Descentralizada e outros, e também aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Aplicações Financeiras de curto prazo, que estão registradas pelo valor original mais os rendimentos auferidos até 31 de março de 2021 e concentram-se em fundos extramercado.

4.2 Créditos a Receber: As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

4.3 Estoques Públicos: A formação e manutenção de Estoques Públicos, são executadas mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.3.1 Demais Estoques: Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

4.3.2 Valor Presente dos Estoques: Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados com a tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de março de 2021, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

4.4 Almoxarifado: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

4.5 Investimentos: Neste grupo destaca-se as participações permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$9.771 mil, até 31 de março de 2021, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas, inclusive as que estão em processo de liquidação.

Tabela 1 - Investimentos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre/2021
Participações em Empresas – saldo em 31/12/2020	14.844
(-) Redução Valor Recuperável Investimentos	(9.771)
Saldo em 31 de março de 2021	5.073

Fonte: Conab.

4.6 Seguros: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

4.7 Imobilizado: Está demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, redução ao valor recuperável e outros. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando as seguintes taxas anuais: mobiliário em geral – 10%, equipamentos de informática e veículos – 20%, edificações – 4%, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa SRF nº 162/98, com a composição a seguir:

Tabela 2 - Imobilizado - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre
Bens Móveis - Saldo em 31 de dezembro/2020	109.428
Aquisições	252
(-) Depreciações	(100.373)
(-) Redução ao Valor Recuperável	(422)
Saldo em 31 de março de 2021	8.885

Fonte: Conab.

Descrição	Até o 1º Trimestre
Bens Imóveis - Saldo em 31 de dezembro/2020	340.828
Incorporação e Obras em Andamento	248
(-) Amortizações	(307)
(-) Depreciações	(217.642)
Saldo em 31 de março de 2021	123.127

Fonte: Conab.

4.7.1 Intangível: Representa os valores de direito de uso de softwares e suas amortizações, conforme composição a seguir:

Tabela 3 - Intangível - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre		
	Até Mar/2021	Varição	Dez/2020
Softwares Vida Útil Definida	3.011	0	3.011
(-) Amortização	(2.440)	(158)	(2.282)
Total	571	(158)	729

Fonte: Conab.

4.8 Redução ao Valor Recuperável de Ativos

4.8.1 Bens móveis: Foi efetuado registro no total de R\$422 mil, referente a redução ao valor recuperável, até 31 de março de 2021, conforme testes de impairment, realizados pela Superintendência de Administração – Supad e Superintendências Regionais.

A metodologia utilizada foi a segregação dos bens por grupos e analisadas a existência de indícios de desvalorização de ativos não geradores de caixa. Na existência de indícios, foi mensurado o valor

recuperável e comparado com o valor contábil.

4.8.2 Bens imóveis: No exercício de 2020, foram realizados os estudos de recuperabilidade dos bens imóveis e não foi constatado nenhuma redução ao valor recuperável de ativos, conforme abaixo:

O patrimônio imobiliário da Conab, utilizado no cumprimento dos seus objetivos estatutários e no suprimento das suas necessidades operacionais e administrativas, é constituído de 185 imóveis distribuídos em cerca de 140 municípios.

Esses bens foram construídos/adquiridos nas décadas de 1970 e 1980 no bojo da política governamental de expansão da fronteira agrícola do País com foco nos pequenos e médios produtores e pequenos e médios varejistas, estabelecidos, notadamente, na periferia dos centros urbanos.

No projeto de implantação das unidades operacionais/comerciais, dava-se preferência na escolha dos terrenos que dariam origem aos equipamentos, ou para o caso de aquisição de instalações prontas, às áreas fora do centro urbano das cidades, em obediência ao controle ambiental e a fluência do tráfego da cidade, preservando a comodidade e a qualidade de vida dos seus cidadãos.

Com o passar dos anos, essas regiões foram se desenvolvendo, requerendo projetos de urbanização com a ampliação ou execução dos serviços públicos o que fez com que estas áreas, antes periféricas, se tornassem centrais. Esse progresso trouxe valorização aos imóveis, incluindo aqueles da Conab.

Outro fator que influencia no registro do valor residual do imóvel e para o qual chamamos a atenção é que todos os bens imóveis constantes do patrimônio da Companhia, foram incluídos pelo valor de aquisição e/ou construção efetuada na época do ato de incorporação, sendo daí em diante seus valores corrigidos e depreciados conforme a legislação da época. Com a mudança da legislação na década de 1990, esses valores deixaram de ser corrigidos e passaram a ser somente depreciados, o que influenciou sobremaneira para que os valores residuais se situassem em patamares bem inferiores aos de mercado, mesmo considerando a sua depreciação.

Com o passar do tempo, e por esse motivo (somente depreciação), verificou-se que os valores desses ativos, definidos por intermédio de laudos de avaliação elaborados, via de regra pela CEF, encontram-se superiores àqueles indicados nos registros patrimoniais da Companhia, observando-se, portanto, uma valorização.

4.9 Reconhecimento da Receita:

4.9.1 Apuração do Resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios, contemplando as apropriações das receitas, custos e despesas correspondentes, oriundas do resultado das atividades próprias da Companhia.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços.

Os custos e despesas são mensurados e reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo.

4.10 Provisões Passivas: Encontra-se provisionado no Passivo Não Circulante, as provisões vinculadas a processos judiciais, trabalhistas, tributários e cível, consideradas como sendo de futuro desembolso da Companhia, conforme relatório elaborado pela Procuradoria Jurídica – PROGE, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM Nº 594, de 15/09/2009, normatizado no CFC, pela NBC TG 25(R1).

O saldo existente é composto pelas provisões para causas trabalhistas, tributárias e cíveis, que agregado aos Depósitos Vinculados, serão suficientes para cobrir prováveis liquidações de sentenças, a serem pagas.

4.11 Regime de Tributação: Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativa, conforme parágrafo 4º, art. 31 da IN/RFB 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (art. 47 e 50 da IN/RFB 1.700/17).

Nota 5. Créditos a Curto Prazo

5.1 Clientes: O saldo da conta até 31 de março de 2021, está representado pelo montante de R\$5.895 mil (R\$4.149 mil, em 31 de dezembro de 2020), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços de armazenagem, alugueis e outros. Esse valor representa o resultado entre o montante de R\$13.017 mil deduzido do valor de R\$7.182 mil, relativo ao total dos registros de perdas esperadas relacionadas aos créditos de difícil recebimento, identificados até 31 de março de 2021.

Nota 6. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

O total de R\$1.308.967 mil, até 31 de março de 2021 (R\$1.268,247 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa os Adiantamentos Concedidos, Tributos a Recuperar/Compensar e Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo, a seguir:

6.1 Adiantamentos Concedidos:

O total de R\$9.190 mil, até 31 de março de 2021 (R\$4.159 mil, em 31 de dezembro de 2020), corresponde ao pagamento antecipado no período de férias, adiantamento de décimo terceiro salário, adiantamento para viagem e adiantamento auxílio - transporte, conforme segue:

Tabela 4 - Adiantamentos Concedidos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Dezembro/2020
Adiantamentos a Pessoal	9.190	4.159
Total	9.190	4.159

Fonte: Conab.

6.2 Tributos a Recuperar/Compensar: Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Tabela 5 - Tributos a Recuperar/Compensar - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
ICMS a Recuperar/Compensar	156.391	153.597
IRRF e CSLL a Recuperar/Compensar	5.677	3.865
COFINS e PASEP a Recup/Compensar	14	13
Total de Créditos Tributários Circulante	162.082	157.475

Fonte: Conab.

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar, representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, e por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

6.3 Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo:

O total de R\$1.137.695 mil, em 31 de março de 2021 (R\$1.106.613 mil, em 31 de dezembro de 2020). No quadro abaixo destacamos os valores registrados nas contas: Créditos a Receber por Alienação de Bens Móveis e Imóveis, Créditos por Acertos Financeiros com Servidores e Ex-Servidores, sendo que esse último é relativo à participação dos empregados, a ser reembolsada à Companhia, referente a utilização do Serviço de Assistência à Saúde – SAS, Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Contratuais, de processos de perdas de produtos, Recursos da União, que são valores a receber do Tesouro Nacional referentes às equalizações de preços decorrentes das baixas dos ativos

contingentes, que estavam registrados na conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, conforme o CPC 25 itens 31 a 35.

Quanto aos Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, os saldos referem-se a execução dos Termos de Execução Descentralizada – TED, que em contrapartida estão diferidos no passivo, conta Transferências Financeiras a Comprovar, pelos recebimentos dos recursos recebidos dos órgãos concedentes. As baixas serão realizadas pelos órgãos concedentes, na ocasião da comprovação e aprovação das prestações de contas (Vide nota 9.9).

Tabela 6 - Outros Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo - Em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	2	1
Créditos a Rec. Decorrentes de Infrações	1.355	1.427
Créditos a Receber por Reemb. Sal. Maternidade	0	38
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	199	181
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	2.097	2.718
Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex - Servidores	34.708	33.680
Recursos da União	441.297	450.947
Créd. a Receber por Cessão de Créd. pela União	656.045	615.150
Créditos Parcelados	1.992	2.471
Total	1.137.695	1.106.613

Fonte: Conab.

Nota 7. Estoques

O total de R\$588.336 mil, até 31 de março de 2021 (R\$656.285 mil, em 31 de dezembro de 2020), corresponde aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, Produtos da Agricultura Familiar – PAA, adquiridos via Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF, Compra com Doação Simultânea – CDS, CPR Estoque e Aquisição de Sementes e apresentam a seguinte composição:

Tabela 7 – Estoques - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
Estoques de Mercadorias para Revenda	279.788	200.801
Materiais em Trânsito	594	591
Almoxarifado, Estoques para Distribuição e Outros	3.451	3.319
Compra Antecipada – Entrega Futura	304.477	451.548
Estoques para Doação e/ou Permuta	26	26
Total	588.336	656.285

Fonte: Conab.

O total de R\$279.788 mil, até 31 de março de 2021 (R\$200.801 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa o total de mercadorias estocadas para formação dos estoques públicos, com o objetivo de garantir a regularidade do abastecimento nacional.

Essa atividade é amparada e mantida com recursos repassados pelo Tesouro Nacional, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, para aquisição de produtos agrícolas, para formação do estoque regulador, que regulamenta as operações de vendas de produtos e o retorno dos recursos recebidos, aos cofres do Tesouro Nacional e prevê a equalização de preços, na ocorrência de desequilíbrio das contas da Conab, em caso de prejuízo, tornando nulo o resultado das atividades governamentais. Isso ocorre, quando a dife-

rença entre a receita de venda e o custo de aquisição, manutenção e despesas com a operacionalização, incluindo também, as despesas que não puderem ser agregadas aos correspondentes estoques, antes de seu encerramento e baixa de processos de perdas de produtos, judicializados, que resultar em déficit.

A Equalização de Preços é autorizada pelo Tesouro Nacional, a ser amortizada por lançamento contábil, na conta de operações especiais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do referido déficit.

Os recursos financeiros obtidos na venda e recebimentos de indenizações de perdas dos estoques públicos são integralmente repassados ao Tesouro Nacional.

Os desembolsos amparados pela Portaria Interministerial MF/MAPA 38/2004, estão devidamente identificados e contabilizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

O total de R\$304.477 mil, até 31 de março de 2021 (R\$451.548 mil, em 31 de dezembro de 2020), representa o saldo a receber dos valores concedidos às associações e cooperativas, nos exercícios anteriores e até dezembro de 2020, nas modalidades Compra Antecipada da Agricultura Familiar – CAAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque e Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar, que serão quitados em espécie e, eventualmente, em produtos. Relativamente às cédulas adquiridas na modalidade “Apoio à Formação de Estoque pela Agricultura Familiar”, instituída a partir de maio de 2013, a liquidação somente se dará de forma financeira, cujos valores estão provisionados no passivo circulante, na conta: Entidades Credoras (Vide nota 9.6).

Nota 8. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

8.1 Clientes: Em 31 de março/2021, o saldo da conta é de R\$17 mil (R\$35 mil, até 31 de dezembro de 2020), correspondente aos direitos a receber, decorrentes de prestação de serviços. No exercício de 2020, a Companhia avaliou os saldos a receber no total de R\$4.327 mil, e com base nos estudos de recuperabilidade, concluiu que as perdas esperadas alcançaram o montante de R\$4.310 mil, cujos valores estão provisionados na conta Ajustes de Perdas e Demais Créditos e Valores, conforme quadro abaixo:

Tabela 8 – Clientes - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
Fat/Dupl. a Receber - Prestação de Serviços.	4.327	4.345
(-) Ajustes Perdas Demais Créditos e Valores	(4.310)	(4.310)
Total	17	35

Fonte: Conab.

8.2 Demais Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo: O saldo de R\$1.319.083 mil, até 31 de março/2021 (R\$1.269.713 mil, até 31 de dezembro de 2020), está composto pelos valores citados no quadro a seguir:

Tabela 9 – Créditos e Valores a Receber a Longo Prazo - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
Adiantamentos Conc. a Pessoal e a Terceiros	10	9
Tributos a Recuperar/Compensar	21	21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.292	56.856
Créditos a Rec.por Cessão de Créditos p/ União	1.191.106	1.135.187
Créditos a Rec. por Alienação de Bens Móv./Imóveis	63.549	63.549

Continua

Créd. a Rec. por Ac. Fin. c/Serv. e Ex-Sevidores	2.698	2.893
Créditos a Recuperar	62	62
Duplicatas e Títulos em Contencioso	26	26
Créditos Parcelados	11.293	10.917
Títulos a Receber	120	120
Créditos a Receber Decorrentes de Infrações	553	720
(-) Ajuste de Perdas e Demais Créditos e Valores	(647)	(647)
Total	1.319.083	1.269.713

Fonte: Conab.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados, referem-se a depósitos/cauções, depósitos judiciais, depósitos para interposição de recursos e valores apreendidos por decisão judicial e são decorrentes de ações judiciais trabalhistas e cíveis.

Os Créditos a Receber por Cessão de Créditos pela União, no total de R\$1.191.106 mil, até 31 de março de 2021 (R\$1.135.187 mil, até 31 de dezembro de 2020), referem-se aos registros dos créditos a receber do Tesouro Nacional, para honrar os pagamentos ao Cibrius, referente à dívida do contrato de saldamento e pagamentos das sentenças judiciais, conforme composição a seguir:

Tabela 10 – Créditos a Receber por Cessão de Créditos – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
Contrato com o Inst. Conab de Seg. Social - Cibrius	880.122	843.794
Provisão p/Pagamento de Sentenças Trabalhistas	250.173	250.433
Provisão p/Pagamento de Sentenças Cíveis/Fiscal	60.811	40.960
Total	1.191.106	1.135.187

Fonte: Conab.

O total de R\$880.122 mil, em 31 de março de 2021 (R\$843.794 mil em 31 de dezembro de 2020), refere-se ao saldo remanescente do principal e atualizações financeiras das parcelas vincendas do Contrato de Saldamento e do Contrato de Confissão de Dívida firmado entre a patrocinadora e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, dividido em 228 parcelas, relativo aos Planos de Benefícios, em face do déficit atuarial apurado no processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab. O referido saldamento foi devidamente autorizado pelos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), que mensalmente repassa os recursos financeiros para pagamento da parcela vincenda no corrente mês.

O contrato original, assinado em 22.03.2016, foi substituído, em novembro de 2019, pelo Termo de Adimplemento firmado entre o Cibrius e a Conab, após a autorização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União – AGU, conforme explicitado na Nota 21.1.

Os Ajustes de Perdas e Demais Créditos e Valores, no valor de R\$647 mil, refere-se a provisão para perdas, para créditos de liquidação duvidosa, referente a perda esperada nos Créditos a Receber Decorrentes de Infrações, nas Duplicatas e Títulos em Contencioso e Títulos a Receber.

Nota 9. Endividamento

Até 31 de março de 2021, as obrigações do circulante, totalizaram o montante de R\$2.129.951 mil (R\$2.041.753 mil, até 31 de dezembro de 2020), com a seguinte composição:

9.1 Obrigações Trabalhistas Previdenciárias e Assistenciais a

Pagar: O total de R\$120.881 mil, até 31 de março de 2021 (R\$110.409 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se aos valores apropriados relativos a salários, remunerações e benefícios previdenciários a pagar, encargos sociais a pagar e apropriações mensais por competência, para pagamento de férias e respectivos encargos sociais.

9.2 Operações Especiais: O total de R\$729.976 mil, até 31 de março de 2021 (R\$726.760 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se aos registros dos diferimentos das receitas relativas aos repasses de recursos efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisição, manutenção e formação dos estoques públicos, vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04, os quais serão retornados ao Tesouro Nacional pela realização dos estoques e recebimentos de créditos, em atendimento a cronograma estabelecido pelo próprio Tesouro Nacional.

9.3 Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo: O total de R\$67.280 mil, até 31 de março de 2021 (R\$253.315 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se a liquidação de despesas com fornecedores, relativas a aquisições, manutenção dos estoques públicos e outros, incluindo as aquisições de produtos da Agricultura Familiar, que serão pagos com recursos transferidos pelo Tesouro Nacional.

9.4 Obrigações Fiscais a Curto Prazo: O total de R\$1.370 mil, até 31 de março de 2021 (R\$1.352 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se às obrigações fiscais com a União, Estados e Municípios, com vencimentos no mês seguinte, demonstradas a seguir:

Tabela 11 – Obrigações Fiscais a Curto Prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Dezembro/2020
II a Recolher	0	35
COFINS a Recolher	911	1.071
PIS/PASEP a Recolher	198	233
ICMS a Recolher	8	1
ISS a Recolher	2	7
Recursos Fiscais	5	5
Taxas	239	0
IPTU/TLP a Recolher	7	0
Total	1.370	1.352

Fonte: Conab.

9.5 Adiantamentos de Clientes: O total de R\$592 mil, em 31 de março 2021 (R\$593 em 31 de dezembro de 2020) refere-se aos valores recebidos antecipadamente de clientes, relativos às vendas de produtos para entrega futura.

9.6 Entidades Credoras: O total de R\$125.928 mil, até 31 de março de 2021 igual valor até 31 de dezembro de 2020), registrado em Entidades Credoras, contempla o diferimento dos repasses de recursos, efetuados pelo Tesouro Nacional, para aquisições de Cédula do Produtor Rural – CPR – Alimento e Compra Antecipada – Entrega Futura e outros.

Os processos pertinentes às operações dos Estoques Estratégicos e do PAA, classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como Ativos Contingentes foram baixados da conta Entidades Credoras, uma vez que eles estavam registrados na conta Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, sendo baixados em conformidade com o CPC 25 itens 31 a 35. Vide Nota 8.2.

9.7 Outras Obrigações: O total de R\$38.520 mil até 31 de março de 2021 (R\$44.801 mil, até 31 de dezembro de 2020), refere-se a obrigações com consignações, impostos e contribuições a recolher, depósitos e cauções e outras, demonstradas no quadro a seguir:

Tabela 12 – Outras Obrigações – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Dezembro/2020
Consignações	14.165	17.290
Depósitos Judiciais	327	324
Depósitos e Cauções Recebidos	12.333	14.479
Indenizações, Restituições e Compensações	9.413	9.714
Diárias a Pagar	40	1
Entidades Credoras – Estados, D.F. e Municípios	2.237	2.237
Valores em Trânsito Exigíveis	3	756
Subvenções a Pagar	2	0
Total	38.520	44.801

Fonte: Conab.

9.8 Entidades Privadas: O total de R\$59.036 mil, até 31 de março de 2021 (R\$0,00 até 31 de dezembro de 2021) refere-se ao valor das parcelas vincendas em 2021, do Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

9.9 Transferências Financeiras a Comprovar – TED: O total de R\$986.368 mil, até 31 de março de 2021 (R\$778.595 mil até 31 de dezembro de 2020), refere-se aos diferimentos dos recursos recebidos do Tesouro Nacional relativos aos Termos de Execução descentralizada – TED, para pagamento de subvenções, aquisição de produtos e CPR Alimento da Agricultura Familiar (PAA) e Outros, em andamento, que serão baixados pelos concedentes, após a aprovação das prestações de contas, conforme quadro a seguir:

Tabela 13 – Transferências Financeiras a Comprovar – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Dezembro/2020
Transferências Financeiras a Comprovar - TED	986.368	778.595
Total	986.368	778.595

Fonte: Conab.

Nota 10. Provisões a longo prazo

O total de R\$312.506 mil, até 31 de março de 2021 (R\$291.392 mil, até 31 de dezembro/2020), representa os valores reconhecidos como prováveis desembolsos de recursos futuros com sentenças trabalhistas, tributárias e cíveis, em conformidade com o CPC 25, vide Nota 4.10, conforme quadro a seguir:

Tabela 14 – Provisões a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Dezembro/2020
Provisão para Indenizações Trabalhistas	253.507	250.432
Provisão para Indenizações Tributárias	5.530	5.499
Provisão para Indenizações Cíveis	53.469	35.461
Total	312.506	291.392

Fonte: Conab.

10.1 Provisões para Indenizações de débitos trabalhistas, decorrentes de ações trabalhistas movidas por empregados e ex-empregados, requerendo promoções por antiguidade e merecimento, incorporações de função gratificadas e outras.

10.2 Provisões para Indenizações Tributárias, referente a débitos fiscais de ICMS da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM.

10.3 Provisões para Indenizações de débitos Cíveis, referentes a ações cíveis, requerendo indenizações de perdas de produtos e outras.

Nota 11. Demais obrigações a longo prazo

O total de R\$880.844 mil até 31 de março de 2021 (R\$923.234 mil, até 31 de dezembro de 2020), está composto pelas rubricas “Depósitos e Cauções Recebidos” e “Entidades Privadas de Previdência”. Este último refere-se ao Termo de Adimplemento firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, consoante descrito na Nota 21.1.

Tabela 15 – Demais obrigações a longo prazo – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Dezembro/2020
Depósitos e Cauções Recebidos	722	722
Entidades Privadas de Previdência	880.122	922.512
Total	880.844	923.234

Fonte: Conab.

Nota 12. Patrimônio líquido

12.1 Capital Social: O Capital Social da Conab é de R\$302.801 mil, dividido em 1.859.907 ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

12.2 Reservas de Lucros: O total de R\$18.963 mil até 31 de março de 2021 e até 31 de dezembro de 2020, está assim representado:

Tabela 16 – Reserva de Lucros – em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Dezembro/2020
Reserva Legal	18.963	18.963
Total	18.963	18.963

Fonte: Conab.

12.3 Resultado Líquido do Exercício: No primeiro trimestre de 2021, a Companhia apurou lucro de R\$12.432 mil (prejuízo de R\$5.171 mil, no primeiro trimestre de 2020). Estes representam os Resultados das atividades próprias da Companhia, sendo composto pelo resultado líquido das Receitas de Prestação de Serviços, Resultado da Alienação de Bens, Receitas Operacionais Diversas, Subvenções recebidas do Tesouro Nacional (Pessoal/Custeio), menos as Despesas Operacionais (Pessoal e Despesas Comerciais Administrativas). Os resultados das atividades governamentais foram “Zeros” não interferindo no resultado da Conab.

Nota 13. Demonstração dos Fluxos de Caixa -DFC

De acordo com a Lei 11.638/2007 e 2016NBCTG03(R3), a Conab apresenta a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, pelo método indireto.

13.1 Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: Até 31 de março de 2021, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais, apresenta o saldo de R\$56.756 mil (R\$-22.534 mil, até 31 de março de 2020) e referem-se aos resultados das variações apresentadas no 1º trimestre de 2021 - 2020, das principais atividades da Conab.

13.2 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: Até 31 de março de 2021, o fluxo de caixa das atividades de investimentos, apresenta o saldo de R\$1.728 mil (R\$-496 mil, até 31 de março de 2020) e representam aplicações no imobilizado e resgate de Notas do Tesouro Nacional – NTN –P, que estavam sob a guarda do Banco do Brasil S/A, bem como vendas do ativo permanente.

13.3 - Variação nas Disponibilidades: O valor de R\$58.484 mil, até 31 de março de 2021 (R\$-23.030 mil, até 31 de dezembro de 2020), referem-se às variações das aplicações financeiras de curto prazo, em fundos extramercado, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos e a disponibilidade da conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, representada por recursos próprios da Conab, recursos para pagamento de pessoal, consignações e recursos para execução de Termos de Execução Descentralizada –TED, destinados à aquisição de produtos para o Programa PAA e formação dos estoques públicos.

Nota 14. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE**14.1 Receita de Vendas e Serviços**

As receitas de vendas e serviços são oriundas das vendas dos Estoques Estratégicos, Reguladores e Receita de Armazenagem/Aluguéis. Os totais nos 1º trimestres de 2021 e 2020, foram de R\$49.396 mil e R\$90.226 mil, respectivamente.

Os Estoques Estratégicos são formados por produtos comprados de produtores que adquiriram o contrato de opções junto à Conab, que fizeram a opção de venda de seus produtos em conformidade com o referido contrato. As vendas desses estoques são destinadas ao Programa Venda em Balcão, com o objetivo de viabilizar os acessos de pequenos criadores e micro-agroindústrias.

Os Estoques Reguladores são formados por produtos adquiridos dos produtores rurais, Cooperativas e Associações, através da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM com o objetivo de garantir renda mínima aos produtores rurais, assegurar a regularidade do abastecimento nacional e o controle de preços. Em geral as vendas desses estoques são realizadas por meio de leilões.

A receita da prestação de serviços de armazenagem é oriunda da guarda e conservação de produtos agrícolas de terceiros, recebidos e mantidos nos armazéns, de acordo com padrões e normas estabelecidos pela Companhia.

Tabela 17 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Até março/2020
Vendas Estoques Estratégicos	42.567	82.421
Vendas Estoques Reguladores – PGPM	41	1.516
Serviços de Armazenagem e Outros	6.788	6.289
Total	49.396	90.226

Fonte: Conab.

14.2 Deduções das Receitas de Vendas e Serviços: Estão representadas pelos impostos legais ICMS, COFINS, PASEP e ISS, Descontos Incondicionais e Descontos Concedidos, incidentes sobre as vendas de produtos e serviço de armazenagem. Os totais no 1º trimestre de 2021 e 2020, foram de R\$540 mil e R\$1.827 mil, respectivamente, conforme segue:

Tabela 18 – Receita de Vendas e Serviços - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Até março/2020
ICMS	41	1.137
ISS	50	123
PIS/PASEP	49	78
COFINS	226	358
Descontos Incondicionais	173	130
Desconto Financeiro Concedido	1	1
Total	540	1.827

Fonte: Conab.

14.3 Custo das Mercadorias Vendidas: Representa as baixas dos valores dos estoques, relativos às mercadorias vendidas, conforme segue:

Tabela 19 – Custo das Mercadorias Vendidas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até março/2021	Até março/2020
CMV Estoques Reguladores - PGPM/MO	56.019	118.706
Total	56.019	118.706

Fonte: Conab.

14.4 Equalização de Preços: No 1º trimestre/2021, o total da Equalização de Preços das vendas, alcançou o montante de R\$13.448 mil, proveniente em sua maioria das vendas do milho,

das operações Mercado de Opções e da Política de Garantia dos Preços Mínimos – PGPM. No mesmo período do ano de 2020, o valor da Equalização totalizou R\$35.701 mil. A variação foi decorrente da redução das vendas no primeiro trimestre de 2021.

14.5 Lucro Bruto Operacional: No 1º trimestre de 2021, o Lucro Bruto Operacional, apresentou o saldo de R\$6.285 mil (R\$5.394 mil, no 1º trimestre/2020), representado pelo resultado das Receitas de Vendas de Produtos, Receitas de Serviços, menos as Deduções de Receitas de Vendas e Serviços, Custo de Mercadorias Vendidas – CMV, mais a Equalização de Preços (Vide nota 7).

14.6 Despesas Operacionais: O total de R\$286.221 mil, até 31 de março de 2021 (R\$271.170 mil até 31 de março de 2020) compreendem as despesas com pessoal e comerciais e administrativas, necessárias à manutenção da atividade da Companhia, conforme composição a seguir:

Tabela 20 – Despesas Operacionais - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Até Março/2020
Remuneração a Pessoal	123.156	116.043
Sentenças Judiciais	6.391	0
Obrigações Patronais	43.408	40.950
Contribuições a Ent. Fechadas de Previdência	24.882	23.978
Benefícios a Pessoal	11.673	3.879
Outras Despesas Variáveis Pessoal Civil	28.682	28.996
Total das Despesas de Pessoal	238.192	213.846
Despesas/Receitas Financeiras	(1)	(15)
Consumo de Materiais	752	939
Diárias	413	457
Serviços Técnicos Profissionais – P. Física	337	379
Serviços Técnicos Profissionais – P. Jurídica	24.986	41.620
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.175	4.452
Outras Despesas Operacionais	16.367	9.492
Total das Desp. Comerc. e Administrativas	48.029	57.324

Fonte: Conab.

14.7 Receitas Operacionais Diversas: O total de R\$28.928 mil, até 31 de março de 2021 (R\$16.311 mil, até 31 de março de 2020), representa os recebimentos de multas e juros de mora, indenizações e restituições, receitas de valores mobiliários e receitas diversas.

Tabela 21 – Receitas Operacionais Diversas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Até Março/2020
Multas e Juros de Mora	643	1.605
Indenizações e Restituições	1.136	3.309
Receitas de Valores Mobiliários	63	10
Receitas Diversas	27.086	11.387
Total	28.928	16.311

Fonte: Conab.

14.8 Outros Resultados: O total de R\$1.118 mil, em 31 de março de 2021, representa o ganho obtido no resgate de Notas do Tesouro Nacional – NTN -P. sob a guarda do Banco do Brasil S/A e o total de R\$29 mil, até 31 de março de 2020, representa o valor recebido na alienação de bens móveis, na Superintendência Regional do Paraná.

Tabela 22 – Resultado na Movimentação de Bens - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Até Março/2020
Alienação de Bens Móveis	0	29
Desincorporação de Ativos	1.118	0
Total	1.118	29

Fonte: Conab.

14.9 Subvenções do Tesouro Nacional: O total de R\$262.322 mil, até 31 de março de 2021, (R\$244.265 mil, até 31 de março de 2020), representa as transferências efetuadas pelo Tesouro Nacional, para cobrir gastos com custeio/pessoal, conforme segue:

Tabela 23 – Repasses Recebidos para Custeio Pessoal - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Até Março/2020
Repasses Recebidos para Custeio/ Pessoal	262.322	244.265
Total	262.322	244.265

Fonte: Conab.

Nota 15. Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração foi elaborada de acordo com a 2008NBC-TG09, e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição. A primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, demonstrada nos seguintes itens:

a) Receitas – receita bruta das vendas de mercadorias, produtos e serviços incluindo os tributos incidentes sobre elas e outros resultados.

b) Insumos Adquiridos de Terceiros - custos das mercadorias e serviços vendidos, incluindo os tributos incidentes sobre as aquisições de materiais, energia, serviços de terceiros e outros, depreciação e amortização.

A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza, com gastos de pessoal e encargos, impostos, taxas e contribuições, juros, aluguéis e lucros retidos/prejuízo do exercício.

Nota 16. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e demonstra as ocorrências até o primeiro trimestre de 2021, bem como as modificações até 31 de março de 2020, nas contas que compõem o grupo do Patrimônio Líquido. (Vide Notas 12.3 e 17).

Nota 17. Demonstração do Resultado Abrangente - DRA

A Demonstração do Resultado Abrangente – DRA, foi elaborada seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico NBC TG 26 (R5) e no 1º trimestre de 2021 não apresentou registros que se enquadrem como Outros Componentes do Resultado Abrangente. Já no 1º trimestre de 2020, apresenta o total de 14.547 mil que se enquadra como Outros Componentes do Resultado Abrangente e refere-se a ajustes de exercícios anteriores, e está representado por registros de desconhecimento dos saldos dos bens móveis e imóveis em poder de terceiros. A adoção desta nova diretriz visa atender a nova definição de ativo prescrita pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP e NBC TSP 07, de 22/09/2017. Tem também o objetivo de evidenciar a situação de todos aqueles que utilizem, guardem, gerenciem ou administrem bens cedidos, conforme art. 3º inciso IV, do decreto nº 6.976, de 07/10/2009. No decorrer do exercício de 2020, após análise minuciosa da situação dos bens, parte do total foi regularizado.

Nota 18. Diversos responsáveis em apuração

Encontram-se registrados no grupo de contas “Outros Controles”, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos a multas previstas em contratos, perdas/desvios em armazenagem, de pro-

duto dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa) e referem-se a perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão, na maioria, nos estados de Mato Grosso, Piauí, Maranhão e São Paulo e também, os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade, dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, ocorridas com maior relevância no Estado de Goiás, perda em armazenagem de café, no estado de Minas Gerais e Outras. Até 31 de março de 2021 (31 de março de 2020), a conta 7.9.7.3.1.00.00 – Diversos Responsáveis em Apuração, apresentou os saldos a seguir:

Tabela 24 – Diversos responsáveis em apuração

Exercício	Saldo
Até 31/03/2021	53.431
Até 31/03/2020	57.601

Fonte: Conab.

Nota 19. Ativos Contingentes Previstos

Os Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial, no montante de R\$332.824 mil, em 31 de março de 2021 (R\$312.822 mil em 31 de dezembro 2020), conforme quadro a seguir, foram classificados pelas áreas jurídicas da Companhia como ativos contingentes, os quais foram baixados da conta de ativo “Créditos a Receber Pendentes de Decisão Judicial”, em cumprimento ao CPC 25, itens 31 a 35; e, registrados em contas de controle, para acompanhamento, os quais serão avaliados periodicamente, conforme o item 35 do referido CPC, e aqueles processos judiciais que nos seus desenvolvimentos alcançarem a condição de recebimento “praticamente certa”, com expectativa de entrada de benefício econômico, o ativo e os correspondentes ganhos serão reconhecidos nas demonstrações contábeis do período em que ocorrerem as mudanças de estimativas. Os casos de benefícios econômicos que se tornarem prováveis, a Conab divulgará na data do balanço o Ativo Contingente, conforme item 89 do CPC 25.

Os valores relativos às Operações Governamentais, além de cumprir os critérios estabelecidos no CPC 25 itens 31 a 35, também são regulados pela Portaria Interministerial MAPA/MF nº 38/2004, art. 4º alínea c, por essa razão os mesmos estão registrados a receber do Tesouro Nacional, na conta Recursos da União, aguardando as decisões judiciais e caso ocorra desfecho desfavorável os valores das perdas dos processos judiciais poderão ser submetidos à autorização da equalização de preços ao Tesouro Nacional e os processos em que ocorrerem os desfechos favoráveis seguirão os procedimentos estabelecidos na portaria em comento.

Tabela 25 – Ativos Contingentes Previstos - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Até Dezembro/2020
Estoques Estratégicos	16.740	16.699
Atividade Própria	83.943	67.805
Operações Governamentais	211.629	209.455
Unidades PAA	20.512	18.863
Total	332.824	312.822

Fonte: Conab.

Nota 20. Contingências passivas

19.1 Contingências Passivas Possível

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidades de desembolsos do que as Provisões Passivas. Estão sendo divulgadas nesta nota conforme CPC 25, normatizado pela Resolução CFC 1.180/2009 e são compostas das ações a seguir, conforme quadro abaixo.

a) Cíveis: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens.

b) Tributárias: São representadas pelos processos judiciais referentes a autos de infração do INSS, de ICMS e outros.

c) Trabalhistas: São ações judiciais movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, constituídas na maioria, por ações oriundas de anistia administrativa (Lei nº 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, indenizações por danos morais e materiais, desvios de função e outros.

Tabela 26 – Contingências Passivas - em R\$mil

Descrição	Até o 1º Trimestre	
	Até Março/2021	Até Dezembro/2020
Cível	59.297	59.757
Tributárias	12.261	11.885
Trabalhista	62.279	62.976
Total	133.837	134.618

Fonte: Conab.

Nota 21. Benefícios Concedidos aos Empregados

21.1 Plano de Previdência Complementar

O Cibrius é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, fundada em 13.03.1979, consoante Portaria n.º 1.383/MPAS, de 08.03.1978, com autonomia administrativa e financeira, sem fins lucrativos, regulada pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 209/2001 e demais normas aplicáveis às Entidades dessa natureza. Constituída sob a forma de sociedade civil pela sua patrocinadora instituidora Companhia Brasileira de Armazenamento - Cibrazem, sucedida pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab. Figura, ainda, como patrocinador o próprio Cibrius.

O Cibrius tem o objetivo precípuo de administrar planos de natureza previdenciária, os quais concedem a suplementação de benefícios previdenciais aos empregados, ativos e assistidos, da patrocinadora Conab e do próprio Cibrius na forma do regulamento dos mencionados planos de benefícios, devidamente registrados no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios das EFPC (CNPB).

Atualmente o Cibrius administra três planos de benefícios: Plano Conab, código CNPB n.º 19.790.007-19; Plano Conab Saldado, código CNPB n.º 2015001492 e Plano ConabPrev, código CNPB n.º 2015001311.

Os Planos Conab e Conab Saldado, constituídos na modalidade de benefício definido (BD) estão fechados para novas adesões. Somente o Plano ConabPrev, de contribuição definida (CD), está aberto para novos entrantes. Os citados Planos, exceto o Plano Conab Saldado, recebem contribuições normais mensais das patrocinadoras e dos participantes de forma paritária, obedecendo a legislação pertinente.

Cabe destacar que, em dezembro de 2015, após as autorizações dos órgãos competentes (Secretaria do Tesouro Nacional – STN, Secretaria de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – SEST, Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA), foi implementado o processo de saldamento do Plano de Benefícios Conab (plano de origem), criando o Plano Conab Saldado e o Plano ConabPrev. Observe-se que o Plano Conab ainda está ativo, visto que ainda remanesce pequeno número de participantes que não migraram para os dois outros planos.

O mencionado processo de saldamento apurou insuficiência atuarial do antigo Plano Conab, cabendo à Conab, na condição de patrocinadora, a importância de R\$ 691.556.mil, assim distribuídos: R\$426.309 mil decorrentes dos reflexos das disposições contidas na Lei 8.020/1990 e R\$ 265.217 mil referente à paridade contributiva contida no § 1.º do art. 6.º da Lei Complementar 108/2001. Coube aos participantes a importância de R\$ 265.217 mil, a qual foi paga integralmente (deduzida das reservas técnicas de cada participante) por ocasião da migração para os novos planos.

Para dar início ao pagamento do aludido déficit, a Conab e o Cibrius formalizaram, em 22.03.2016, Contrato de Confissão e Parcelamento de Dívida Relativo aos Planos de Benefícios, o qual previa o pagamento da dívida em 228 parcelas consecutivas com vencimento da 1.ª em 60 dias após a assinatura. Contudo, a validade do contrato foi questionada pelo MAPA e pela Secretaria de Orçamento e Finan-

ças - SOF, sob a alegação de descumprimento do § 4.º do art. 1.º da Lei 9.469/97.

Iniciou-se, a partir daí, as tratativas entre os órgãos competentes para assinatura de contrato substitutivo, sendo que tais tratativas estavam em curso na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União – CCAF/AGU.

No dia 28.08.2019, a Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento assinou o Despacho Decisório autorizando a Conab a celebrar o acordo com o Cibrius para adimplemento da dívida apurada em avaliação atuarial nos termos do instrumento apresentado pela CCAF/AGU.

Em novembro/2019, foi concluído o processo de conciliação instaurado na CCAF/AGU com a autorização do MAPA, aprovação da Consultoria-Geral da União - CGU e homologação do Termo de Conciliação por parte da Advocacia-Geral da União - AGU, propiciando razoável segurança jurídica quanto aos aspectos formais dos instrumentos contratuais firmados entre Conab e Cibrius, Termo de Adimplemento, que substituiu o contrato original, em que a Conab, na condição de patrocinadora, se compromete a pagar o valor acordado de R\$ 990.626 mil (montante inicial atualizado até novembro/2019), pela aplicação do INPC/IBGE e de taxa de juros de 5% a.a.), com um aporte inicial de R\$ 80.311 mil em dezembro/2019 e o saldo remanescente em 228 (duzentas e vinte e oito) parcelas mensais a partir de janeiro/2020, tendo sido mantidas as demais cláusulas do contrato anterior.

Sob o aspecto contábil, após as baixas por liquidação de parcelas e atualizações, em 31 de março de 2021 na conta de controle 8.1.2.3.1.02.01 – Contratos de Serviços em Execução e no ativo e passivo, o saldo é de R\$939.188 mil (R\$ 922.512 mil, até 31 de dezembro de 2020). Vide Notas 8.2 e 11.

21.2 Serviço de Assistência à Saúde - SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e pelo Tesouro Nacional, com participação financeira do empregado, no percentual de cinquenta por cento, do total do gasto consigo e seus dependentes típicos e atípicos, mediante desconto em folha de pagamento.

Nos casos em que a participação financeira do usuário ultrapassar o limite de dez por cento de sua margem consignável, o desconto em folha limitar-se-á a esse valor e o saldo remanescente descontado nos meses subsequentes, até a liquidação do total do débito, conforme cláusula nona, inciso III, item 5 da norma citada.

Nota 22. Remuneração dos Dirigentes e Empregados

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, no 1º trimestre de 2021 e em dezembro de 2020, as remunerações dos dirigentes e empregados, foram as seguintes:

Tabela 27 – Maior e menor remuneração

Remunerações	Até o 1º Trimestre	
	Março/2021	Dezembro/2020
Maior Remuneração Dirigente	32.984,86	28.517,08
Menor Remuneração Dirigente	32.984,86	28.517,08
Maior Remuneração Empregado	39.293,32	39.293,32
Menor Remuneração Empregado	2.202,07	2.202,71

Fonte: Conab.

Tabela 28 – Salário Médios

Salários Médios	Até o 1º Trimestre	
	Março/2021	Dezembro/2020
Dirigentes	32.984,86	28.517,08
Empregados	6.169,91	6.033,90

Fonte: Conab.

Nota 23. Repasses e Termos de Execução Descentralizada – TED

Relativamente às transferências financeiras, no período de janeiro a março/2021, foram recebidos os totais de R\$40.066 mil, para execução no exercício corrente e R\$218.070 mil, para pagamento de Restos a Pagar, conforme segue:

Para atender o Programa para Formação de Estoques da PGPM e Mercados de Opções, foi recebido da Coordenadoria Geral de Orçamento e Finanças - Mapa, o total de R\$36.700 mil, para execução no exercício corrente e R\$10.000 mil para pagamento de Restos a Pagar.

Para a comercialização de produtos agropecuários que compõem a pauta da Política de Garantia dos Preços Mínimos (PGPM), no âmbito da Agricultura Familiar, foi recebido da Secretaria de Política Agrícola – SPA/Mapa, o total de R\$5.000 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, assinado com o Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, foi recebido o total de R\$366 mil para execução no exercício e R\$366 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para aquisição e disponibilização de alimentos a famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) em situação de insegurança alimentar e nutricional, foi recebido do Ministério da Cidadania – Segurança Alimentar e Nutricional – SEISP, o total R\$3.000 mil para pagamentos no exercício e R\$192.454 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Para operacionalização do Programa de Aquisições de Alimentos do PAA, no âmbito da ação de enfrentamento da emergência da saúde pública decorrente do coronavírus, foi recebido do Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional-SEISP, o valor de R\$10.000 mil, para pagamentos no exercício corrente.

Para aquisição de produtos de agricultores familiares foi recebido do Ministério da Cidadania - Segurança Alimentar e Nutricional - SEISP, o total de R\$250 mil, para pagamento de Restos a Pagar.

Nota 24. Outros Assuntos

24.1 Reflexos da Pandemia - Covid-19 nas operações da Companhia

A Conab passou, ao longo de grande parte de 2020, pelo imenso desafio da pandemia do novo coronavírus. Consciente dos riscos e preocupada com o corpo funcional da empresa, a Alta Gestão da Companhia recomendou a redução de sua força de trabalho, com a fixação da jornada de trabalho reduzida e a possibilidade de trabalho remoto, considerando os respectivos enquadramentos nos perfis considerados de risco.

A concentração de tarefas junto a um número reduzido de empregados, não obstante, não interferiu na execução das políticas sociais sob gestão da Companhia. Foram formalizadas diversas novas parcerias institucionais junto a órgãos da administração federal direta, a exemplo de Termos de Execução Descentralizada junto a Secretarias vinculadas ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e também junto ao Ministério da Cidadania. Segue detalhamento:

Em 08 de abril de 2020, foi celebrado o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 003/2020. Por meio desse instrumento e de seus respectivos Termos Aditivos 01 e 02 (assinados em 08 de outubro e 03 de dezembro de 2020, respectivamente), a Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR/MMFDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, repassou recursos para a Conab, visando à concretização do feito, que consiste na aquisição, na embalagem e na disponibilização de cestas de alimentos aos povos

e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas) em situação de vulnerabilidade em relação à sua segurança alimentar e nutricional, em face da pandemia do coronavírus (COVID-19). Do total de cestas vinculadas ao TED e aos respectivos aditivos (401.619), foram distribuídas, ao longo de 2020, 371.212 cestas. Restam pouco mais de 30 mil cestas a serem disponibilizadas, cuja previsão de distribuição está estimada para o primeiro trimestre/2021. No primeiro trimestre desse ano, registra-se que foram doadas 26.535 cestas de alimentos a indígenas dos Estados do Pará e de Alagoas e a quilombolas, do Mato Grosso. Há, ainda, pequeno saldo de cestas a serem retiradas diretamente pelos segmentos nas unidades da Conab de Maceió/AL e Rondonópolis/MT.

Já em 29 de junho de 2020, firmou-se o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 002/2020 junto ao Ministério da Cidadania, voltado para a operacionalização da Ação de Distribuição de Alimentos para Grupos Populacionais Tradicionais Específicos – ADA. As distribuições, no âmbito da ação, seguem ocorrendo mensalmente, conforme previsto no TED e seus aditivos. Ressalta-se que as entregas ocorrem em cumprimento a determinações judiciais, devendo ser realizadas de forma mensal. Com os recursos repassados pelo Ministério da Cidadania em 2020, foram distribuídas a famílias de seguimento específico (atualmente indígenas e quilombolas) 152.772 cestas de alimentos a 47.118 famílias. Registra-se que, no primeiro trimestre do corrente ano, 25.428 cestas de alimentos foram doadas no âmbito da ADA. Ressalta-se que todas essas doações, aos indígenas dos Estados do Amazonas, do Maranhão, do Mato Grosso do Sul, do Pará, do Paraná e de Santa Catarina, ocorrem em virtude de determinações judiciais.

Também celebrou-se, em 15 de setembro de 2020, o TED nº 03/2020, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM/MMFDH), do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O instrumento, que garantiu recursos à Conab, é voltado à aquisição, à embalagem e à disponibilização de cestas de alimentos a mulheres em insegurança alimentar e nutricional devido à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), e em situação de violência, com enfoque naquelas sob medidas protetivas. Foram adquiridos diversos gêneros alimentícios e, na sequência, embaladas 49.036 cestas de alimentos. Dessas, 42.118 foram devidamente entregues em 2020. O saldo de 6.918 cestas remanescentes do ano passado foi totalmente entregue aos destinatários ao longo do primeiro trimestre de 2021.

Por fim, tem-se o TED nº 08/2020, firmado em 07 de dezembro de 2020 junto ao Ministério da Cidadania. A parceria, resultado da edição de Medida Provisória nº 1.008, de 26 de outubro de 2020, viabilizará a descentralização de R\$244.520 mil, para fins de aquisição e distribuição de cestas de alimentos a famílias pertencentes a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos (GPTE) em situação de insegurança alimentar e nutricional. Do total previsto, parte foi repassado à Conab, ainda em 2020, viabilizando a aquisição, já em dezembro do referido exercício, dos alimentos necessários para a formação de 1.696.668 cestas. O recebimento dos alimentos nas Unidades Armazenadoras da Conab com previsão para os meses de janeiro e fevereiro/2021. Com base nas informações dos parceiros do projeto (Ministério da Cidadania, Funai, Fundação Palmares, entre outros), com a recepção da quase totalidade dos alimentos nas unidades da Conab, informa-se que, ao longo do primeiro trimestre de 2021, 49.623 cestas de alimentos foram doadas no âmbito do TED 08/2020.

A equipe técnica responsável pelo Programa de Vendas em

Balcão - ProVB, seja na matriz, seja nas Regionais, envidou todos os esforços necessários para evitar o desabastecimento de milho em grãos nas Unidades Armazenadoras da Conab. Foram expedidas recomendações para a gestão de estoques equilibrada por parte das Regionais, visando à garantia da continuidade do Programa, mantendo-se a prorrogação, por tempo indeterminado, das revalidações de cadastros vincendos dos clientes atendidos, de forma a reduzir o fluxo e o deslocamento de pessoas nas localidades correspondentes. Como resultado, em 2020, o ProVB contemplou, aproximadamente, 16.000 criadores de pequeno porte, com cerca de 84.000 atendimentos, comercializando mais de 144 mil toneladas de milho em grãos em todas as regiões do país. Para 2021, face às demandas das Regionais, e na expectativa de redução dos casos de contaminação a partir da chegada da vacina, elaborou-se programação de abastecimento de milho em grãos com a estimativa de 170.000 t (cento e setenta mil toneladas) do produto, a título de demanda global para as unidades que operacionalizam o Programa no país. Em decorrência, no 1º trimestre de 2021, foram realizados cerca de 22 mil atendimentos, sendo vendidas 34 mil toneladas de milho a mais de 9 mil clientes.

Em relação às ações de apoio à agricultura familiar, foi firmado o TED nº 03/2020 junto ao Ministério da Cidadania, com vigência até 28/05/2021. A parceria, resultado da edição de Medida Provisória nº 957, de 24/04/2020, viabilizou a descentralização de R\$220.000 mil, com o objetivo de operacionalizar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no âmbito da ação de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus.

Também está em vigência até 22/05/2021 o TED nº 01/2020, firmado junto ao Ministério da Cidadania, para operacionalização do PAA. Foram descentralizados de R\$ 10.075 mil, para a aquisição da produção de agricultores familiares com vistas a doação de alimentos adequados e saudáveis a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, com recursos oriundos de Emendas Parlamentares do exercício de 2020.

Os recursos disponibilizados viabilizaram o acesso de 31.177 agricultores(as) familiares ao PAA, sendo 74% mulheres rurais. Cerca de 19% dos participantes estavam inseridos em programas de Reforma Agrária e 15% identificados como povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, extrativistas, entre outros). Foram comercializadas 77,4 mil toneladas de alimentos produzidos por 1.767 Unidades Fornecedoras, que entregaram 284 tipos de produtos (com destaque para as frutas e os hortigranjeiros, que representaram cerca de 68% das aquisições).

No primeiro trimestre de 2021, foram feitas entregas em 613 municípios. Foram 13 mil toneladas de produtos, entregues por 13.971 agricultores familiares organizados em 1.112 associações e cooperativas.

24.2 Medidas de enfrentamento diante da Pandemia - Covid - 19

Quanto ao aspecto sanitário, a Conab instituiu o Comitê de Gerenciamento de Crise em 19 de março de 2020, com o objetivo de reduzir e mitigar os impactos causados pela Covid-19, no âmbito da Companhia, de forma a garantir a segurança e integridade das pessoas e bens, bem como a manutenção dos serviços essenciais e estratégicos.

Foi disponibilizada uma página exclusiva na Intranet sobre a Covid-19 onde os empregados encontram o Plano de Contingência, Plano de Continuidade de Serviços, o Painel Covid-19, os protocolos dis-

poníveis e atualizados e documentos oficiais expedidos pela Companhia sobre o assunto em tela.

Dentre os protocolos disponíveis estão: protocolo para o local de trabalho, protocolo do uso de máscaras, protocolos para viagens pela Conab, protocolo de retorno ao trabalho presencial, etc.

É obrigatório o uso de máscara em todas as Unidades da Companhia, tanto para entrar nas dependências da Conab quanto para a permanência.

Ademais, a Gebem emitiu a Nota Técnica nº 270/2020, para todas as Superintendências Regionais sobre a adoção de medidas complementares necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus (Covid-19), com a aquisição de protetores faciais e de termômetros digitais infravermelhos sem contato.

Assim, a Conab reforça constantemente as orientações constantes nos protocolos, por meio de matérias na intranet, disponibilizadas por e-mail a todo corpo funcional e ao whatsapp dos gestores da Companhia.

Por fim, visando garantir a saúde e segurança dos empregados e manter a continuidade dos negócios da Companhia, e considerando Ofício Circular Interno Presi nº 083/2021, em vigor a partir do dia 12/03/2021, onde fica prorrogada a vigência do protocolo de retorno dos empregados, enquanto perdurar o estado de calamidade na saúde, em decorrência da Covid-19, podendo ser alterada de acordo com novas diretrizes que venham a ser emanadas pelos Órgãos gestores.

Brasília - DF, 14 de julho de 2021.

Aprovada pela DIREX: 1.518ª Reunião Ordinária

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Presidente
Resolução 2/2021

BRUNO SCALON CORDEIRO
Diretor-Executivo de Gestão de Pessoas

JOSÉ JESUS TRABULO DE SOUSA JÚNIOR
Diretor-Executivo de Operações e Abastecimento

JOSÉ FERREIRA DA COSTA NETO
Diretor-Executivo Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

SERGIO DE ZEN
Diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações

GOIAZIREZ DA SILVA BORGES
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC DF 011907/O-8 CPF: 127554271-91

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1º Trimestre/2021

Aos
Diretores e Administradores da
CONAB COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
Brasília-DF

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da Revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e,

consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Estoques

A Companhia possui registrado no ativo circulante, em Estoques, o montante de R\$ 588.336 mil, conforme nota 7. Devido à falta de apresentação de documentação apropriada, não foi possível obter evidências suficientes para validar o montante de R\$ 308.548 mil, correspondentes aos saldos das contas de Materiais em Trânsito, Almoarifado, Estoques para Distribuição e Outros, Estoques para Doação e/ou Permuta, Compra Antecipada – Entrega Futura.

Vida Útil dos Bens do Ativo Imobilizado

A Companhia considera, de maneira geral, as taxas de depreciação admitidas pela legislação tributária sem a prática de revisão periódica das estimativas de vida útil e determinação de valor residual, que são fundamentais para a definição do montante a ser depreciado conforme o CPC 27– Ativo Imobilizado. Logo, não foi possível satisfazer-nos quanto à adequação dessas taxas de depreciação utilizadas pela Companhia, bem como, estimar os impactos sobre os saldos do ativo imobilizado, patrimônio líquido e resultado em 31 de março de 2021.

Conclusão com ressalvas sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, com exceção dos assuntos descritos nos parágrafos anteriores, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, de acordo com o CPC

21(R1) e com a norma internacional IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstrações Intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão do ano anterior por outros auditores

Os valores correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e a revisão das informações contábeis intermediárias do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de três meses findo em 31 de março de 2020, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatórios datados de 26 de fevereiro de 2021 e 10 de maio de 2020, respectivamente. O relatório correspondente ao exercício de 31 de dezembro de 2020 foi emitido com abstenção de opinião e o relatório correspondente a revisão das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2020 não continha qualquer modificação.

Curitiba, 15 de julho de 2021.

Paulo Sergio da Silva
Contador - CRCPR No 029.121/O-0 S-DF
Marlos Nanoni Reinert
Contador CRCPR No 050.998/O-9 S-DF
CONSULT – AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/PR No 2906/O-5